

Geral da Carreira Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 5669-A/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 2 de maio de 2016:

Candidato Aprovado:

1.º Fernando Jorge Ferreira Melo — 18,72 valores.

Candidatos Excluídos:

Henrique Miguel Gomes Sebastião Ferreira e Mora (a).

Luís Magalhães Madureira (a).

Vilma Maria Florença Martins (a).

(a) Não compareceu à entrevista.

10 de agosto de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSC, I. P.,
Luis Manuel Militão Mendes Cabral.

209805345

Aviso n.º 10363/2016

Após homologação por deliberação de 4 de agosto de 2016 do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., torna-se pública a lista de classificação final dos candidatos ao procedimento simplificado para preenchimento de três postos de trabalho, dois para a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E. e um para a Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., na categoria de Assistente de Ginecologia/Obstetrícia da Carreira Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 5669-A/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 2 de maio de 2016:

Candidatos Aprovados:

(Nenhum.)

Candidatos Excluídos:

Bárbara João Fernandes de Sousa e Faria (a).

Rubina Raquel Menezes de Mendonça (a).

(a) Faltou à entrevista.

10 de agosto de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSC, I. P.,
Luis Manuel Militão Mendes Cabral.

209805167

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10492/2016

Considerando que as comissões de coordenação e desenvolvimento regional são dirigidas por um presidente e dois vice-presidentes, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual;

Considerando que, nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Órgãos da Administração Central, Local e Regional do Estado, a designação dos cargos de direção superior é precedida de procedimento concursal;

Considerando que, pelo meu Despacho n.º 9546-A/2016, de 21 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de julho de 2016, foi determinada a cessação da comissão de serviço do único vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte em exercício de funções;

Considerando que, até à designação do titular do cargo, mediante a realização do já referido procedimento concursal, é necessário e urgente assegurar o normal funcionamento do serviço;

Considerando que o artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, prevê a possibilidade de os cargos dirigentes poderem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura do lugar pelo período de noventa dias ou até à designação de novo titular, caso seja aberto procedimento concursal antes do termo do período de noventa dias.

Assim, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de outubro:

1 — Designo, em regime de substituição, António Ricardo Rocha de Magalhães para exercer o cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

2 — A presente designação fundamenta-se na reconhecida aptidão, competência técnica e experiência profissional e formação profissional

do designado, conforme resulta da nota curricular, publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 25 de julho de 2016.

26 de julho de 2016. — O Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Nota curricular

António Ricardo Rocha de Magalhães nasceu em Luanda, Angola, a 15 de abril de 1952. É licenciado em Engenharia Civil — opção de Planeamento Territorial — pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1977).

O início da sua atividade profissional teve lugar, no essencial, na Comissão de Coordenação da Região Norte. Entre 1986 e 1989 foi o primeiro Diretor Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais. Mais tarde, em 1990, foi nomeado diretor regional do Ordenamento do Território.

Entre outras funções, exerceu a presidência da Comissão Nacional da Reserva Ecológica entre 1992-1994 e foi presidente da Unidade de Gestão do Programa Operacional de Trás-os-Montes e Alto Douro — 1.º Quadro Comunitário de Apoio (1989-1994).

Entre março de 1991 e fevereiro de 1994 desempenhou o cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). Em fevereiro de 1994 assumiu as funções de presidente do Gabinete Coordenador do Programa Sistema Urbano Nacional (PROSIURB).

Foi nomeado Secretário de Estado dos Recursos Naturais, do XIII Governo Constitucional, de outubro de 1995 a novembro de 1997, e Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, do XIII Governo Constitucional, de novembro de 1997 a outubro de 1999. De outubro de 1999 a abril de 2002 foi Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento, do XIV Governo Constitucional.

Em abril de 2002 assumiu a função de assessor da presidência da CCDR-N. De setembro de 2005 a abril de 2007 foi, novamente, vice-presidente da CCDR-N.

Na mesma altura assume as funções de chefe de projeto da Estrutura de Missão do Douro, até março de 2012.

209805856

AMBIENTE

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Aviso n.º 10364/2016

Prorrogação da Licença sem remuneração do técnico superior António Manuel Alvarenga Rodrigues

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Senhor Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., Dr. Nuno Lacasta, datado de 1 de abril de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 280.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi prorrogada a licença sem remuneração ao trabalhador António Manuel Alvarenga Rodrigues, técnico superior, pelo período de mais um ano, a partir de 1 de agosto de 2016.

9 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

209801684

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho n.º 10493/2016

Por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, depois da anuência da Subdiretora-Geral do INA, foi autorizada nos termos do disposto no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a consolidação definitiva da mobilidade na categoria, dos assistentes operacionais Maria Henrique da Conceição Cavaco e José Severino Romão Gomes, no mapa de pessoal da DRAP Algarve, com efeitos reportados a 01 de julho de 2016.

10 de agosto de 2016. — O Diretor Regional, *Fernando Manuel Neto Severino*.

209804819